

MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: TRÊS VISÕES ACERCA DA LEGITIMAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Matheus F. Franklin Avila¹

RESUMO

As teses do mito da democracia racial ganharam muita força na década de 1930 no Brasil, após a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre, e foram fundamentais tanto no aprofundamento de raízes étnico-sociais desiguais do nosso povo quanto nas características da formação social brasileira como um todo. Sendo assim, o objetivo deste artigo é fazer uma revisão bibliográfica acerca do mito da democracia racial, especificamente na perspectiva de três autores, sendo estes Emília Viotti Da Costa, Clóvis Moura e Jessé de Souza, dando maior enfoque a desmistificação que cada autor (a) trás em relação ao assunto.

PALAVRAS- CHAVE: Mito da democracia racial; Emília Viotti; Clóvis Moura; Jessé de Souza.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 1930, mais especificamente depois da publicação da obra *Casa-Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre, em 1933, foi se fundamentando na sociedade brasileira a ideia de que a escravidão não foi tão dura e cruel, de que houve harmonia entre os senhores e escravos, trazendo a noção da possibilidade de uma igualdade racial, tendo também em vista o processo de culturalização e miscigenação no Brasil.

À primeira vista, essa concepção foi amplamente aceita no meio acadêmico, inclusive no campo progressista, pois se contrapunha às teses racistas, como as de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, até então predominantes. Dessa forma, o autor foi o pioneiro em fazer uma análise fora da interpretação das teorias racistas, enaltecendo a miscigenação e colocando o negro e a culturalização em lugar de destaque, ou seja, a mistura das raças passa a ser vista como uma marca expressiva da cultura e constituição da sociedade brasileira, o que levou a uma nova leitura da formação nacional. Por outro lado, Freyre via a escravidão como peça de um patrimonialismo, porém com nuances naturalistas, harmônicos e culturalistas entre as raças, colocando as questões

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Economia/UFES).

raciais como democráticas. Essa ideia foi fundamental para a formação social do Brasil, bem como das estratificações construídas através de ocultações de conflitos e contradições sociais herdadas do período colonial e da escravidão.

Porém, a partir da década de 1960, alguns sociólogos, como Emília Viotti da Costa e Florestan Fernandes, começaram a questionar e contestar tais ideias, uma vez que essa harmonia social pregada por Freyre não era vista na realidade, levando em conta a ampla desigualdade racial em relação à emprego, educação, saúde, entre outros indicadores socioeconômicos, tornando-se, desta maneira, um mito.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma revisão bibliográfica sobre o mito da democracia racial, especificamente na perspectiva de três autores, sendo estes Emília Viotti Da Costa, Clóvis Moura e Jessé de Souza, dando maior enfoque a desmistificação que cada autor traz em relação ao assunto.

Em primeiro lugar, Emília Viotti da Costa representa uma geração de sociólogos precursores da crítica à obra de Freyre, explicando as causas das teses da democracia racial terem ganhado força além de rebater seu argumento acerca da miscigenação e harmonia social, de maneira a trazer consigo uma elucidação de elementos importantes da construção social do país, como a clientela e patronagem.

Por sua vez, Clóvis Moura se opõe ao caráter naturalista da análise de Freyre e tenta buscar na história argumentos que contrapõem a ideia proposta por tal autor. Moura critica a tese da democracia racial desvendando elementos antropológicos, permitindo-o ter uma análise minuciosa do conteúdo da mesma, para, a partir disso, construir seu parecer. Ademais, o jornalista analisa aspectos culturais, que supostamente podem dar noções de harmonia social, o que faz com que Moura coloque o próprio argumento culturalista de Freyre contra ele mesmo.

Por fim, Jessé de Souza traz uma contextualização histórica do momento de ascensão das ideias freyrianas, que se dá conjuntamente à construção de um sentimento de “pertencimento nacional” ou “solidariedade coletiva”, elucidando melhor as causas de seu avanço. Um ponto que destaca Souza é o fato de que detrás da sua argumentação há a possibilidade de se fazer relações e paralelos do mito da democracia racial em uma realidade não tão distante da atualidade no Brasil, marcada pelo preconceito, exclusão social e alienação das massas.

Este trabalho é dividido em três partes, sendo que em cada uma trabalharemos a exposição da visão de um dos autores. Por fim, serão feitas conclusões finais sobre as interpretações de cada autor.

2. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM EMÍLIA VIOTTI DA COSTA (1979)

Em sua obra *Da Monarquia à República* (1979), Emília Viotti não deixa de abordar e dar sua interpretação sobre o mito da democracia racial. A autora coloca Gilberto Freyre como precursor principal desse movimento, como aquele que o impulsionaria e, que de certa forma, teorizaria a questão do negro na formação social brasileira, colocando-o na disposição de uma mobilidade social factível e detentor de oportunidades de expressão cultural.

Essas condições não desenvolveriam, em alguns casos, o “ser” e o *dever* do negro, ou seja, um sentimento de pertencimento a sua raça e sendo, dessa forma, incorporado ao grupo dos brancos (COSTA, 1979), mesmo que estivessem imersos numa realidade discriminatória, segregacionista e racista deixada pela escravidão e perpetuada no período pós-abolição.

Viotti da Costa observou que o autor utilizou da miscigenação, a qual era um fato social aparente, visível e praticamente incontestável, como uma válvula de escape aos problemas sociais e raciais da época, configurando-se como um dos aspectos centrais desse mito.

Com essa perspectiva de Freyre, a sociedade aparentaria ter uma ponderação na ideia de que não haveriam diferenças e segregações, como as que ocorreram nos Estados Unidos², por exemplo. A partir da miscigenação, tal como era vista por Freyre, a população negra, ou mestiça, teria a oportunidade de, assim como os brancos, ascenderem socialmente, conquistarem um bom emprego e, quem sabe, compor a elite. Essa noção de sociedade marcada pela isonomia proposta pelo autor, na verdade, não era só uma ideia abraçada pelas elites, como também foi fortemente difundida, não tão surpreendentemente por motivos citados anteriormente, entre parcela dos próprios negros (COSTA, 1979, p.228). Ao encampar essas ideias, a sociedade brasileira se colocava de forma alienada frente aos seus próprios preconceitos, suprimindo as duras heranças históricas deixadas pelo longo e hediondo período escravagista.

Essa peculiaridade paradoxal faz Costa (1979) se questionar sobre qual justificativa seria plausível para explicar o porquê do senso de democracia racial proposto por Freyre ter ganhado tanto espaço em diversas esferas, sejam elas sociais ou acadêmicas. Nesse intuito, a autora faz os pertinentes questionamentos:

Como puderam os brasileiros da geração de Freyre desconhecer seus próprios preconceitos? Como puderam os negros brasileiros daquele período permanecer cegos à discriminação que era um grande e inflexível fato de vida para a maioria deles? Como puderam os brasileiros atentos e

² Segundo a autora, o mito da democracia racial daria um ar de superioridade à sociedade brasileira, mais especificamente às camadas superiores, tendo em vista que não houvera uma segregação explícita como a ocorrida nos Estados Unidos (COSTA, 1979).

esclarecidos, brancos ou negros, fechar seus olhos às realidades da discriminação racial, quando estas realidades estavam inteiramente claras nas estatísticas oficiais amplamente divulgadas? (COSTA, 1979, p.230)

Vale ressaltar que, em sua perspectiva, a autora não acredita que isso tenha sido uma obra calculada ou fruto de uma conspiração das classes dominantes, como forma das elites brancas maquiarem a opressão vivida pelos negros (COSTA, 1979). Aliás, como mostra a autora, para Freyre, o Brasil supostamente “resolveria” o seu problema racial não pela tentativa de branqueamento da nação com a vinda dos imigrantes, mas pelo contrário, ele seria resolvido por meio da miscigenação, haja vista que por se tratar de um país altamente miscigenado, seria “natural” a percepção de igualdade racial (COSTA, 1979). É dessa forma que Freyre é vítima de sua própria cosmovisão em relação à realidade, tendo em vista que tal miscigenação tenderia a levar consigo uma falsa impressão de igualdade entre raças, levando-o à acomodação em um discurso racista.

Conforme a autora, as respostas centrais para esses problemas advêm do fato que a elite em si já tinha suas esferas de sociabilidade e convívio formadas. O caráter das elites foi sendo formado desde a colonização, em que os moldes das relações sociais foram fortemente influenciados pela escravidão. Nota-se, com isso, que a elite branca já via o negro como alguém inferior. A novidade no período pós-abolição é que a mesma elite abriria certas exceções para essas pessoas, criando meios para a aceitação de alguns, “eliminando”, assim, um estereótipo de inferioridade do negro, em uma forma de sociabilidade consentida desde cima.

Nessa linha de pensamento, os negros ascendiam socialmente apenas quando autorizados pela elite branca, o que Viotti da Costa relacionou com uma espécie de contrato social de clientela por parte dos negros e de patronagem no lado dos brancos (1979, p.237). Esses dois conceitos, segundo a autora, são muito importantes para entender o mito da democracia racial, assim como a sua crítica. De acordo com ela, em todo o sistema colonial, os monopólios dos meios de produção nas mãos dos poucos brancos, juntamente com a ínfima participação das massas, criaram essa estrutura, em que os negros e mestiços eram os clientes e dependentes das elites e dos patrões. Dessa forma, a mobilidade social não era conquistada pelas competições em um mercado, mas sim pelo poder social da elite branca a partir de sua condição de portadora das chaves para a ascensão social (COSTA, 1979, p.238).

Diante disso, podemos concluir através da visão da autora que a igualdade de raça e classe, supostamente gerada pela mobilidade social, conforme propôs Freyre, é fictícia. O que ocorre é um conjunto de relações sociais caracterizadas pelo que Viotti da Costa destaca como clientela e

patronagem, uma relação de subalternização dos negros em relação às classes dominantes, sendo que as ditas mobilidades estariam sob custódia destas.

Nesse sentido, a autora coloca que esses mitos ajudaram a manter essa estrutura dominante dos interesses socioeconômicos de poucos, bem como de convenções sociais (COSTA, 1979), atrelados com a necessidade da reafirmação de superioridade por parte da elite branca em detrimento das classes subalternas. Com o mito da democracia racial, tem-se o combustível necessário para impulsionar o racismo velado e a manutenção da desigualdade racial estrutural no Brasil.

3. CLÓVIS MOURA E A SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO (1988)

O sociólogo, jornalista e historiador Clóvis Moura, em sua obra *Sociologia do negro brasileiro* (1988), nos dá uma grande compreensão a respeito do mito da democracia racial em um sentido mais sociológico e antropológico³ que permite maior entendimento das relações sociais excludentes e como essas raízes puderam se aprofundar.

O autor enxerga barreiras étnicas que foram estabelecidas não de forma natural ou biológica, mas historicamente contra a sociedade negra. Bloqueios que tenderiam a selecionar e dificultar o acesso dessa população a lugares mais privilegiados a fim de que as camadas brancas pudessem perpetuar majoritariamente suas ocupações nesses espaços mais abastados. Essas barreiras seriam formadas no núcleo familiar, no acesso à educação, à universidade e em restrições no acesso a postos de trabalho (MOURA, 1988). Para discorrer sobre como essas barreiras foram crescendo e como isso se disseminou no Brasil, o autor dá pistas de como o mito da democracia racial foi crucial nesse aspecto.

O autor coloca, assim como Emília Viotti, Gilberto Freyre como o principal precursor do mito, apontando sua obra *Casa-Grande & Senzala* como uma tentativa inteligente de posicionar a escravidão como um evento sem importância e romantizado, com a figura de um bom senhor de engenho e de harmonia entre exploradores e explorados, afeiçoando o mito do bom senhor (MOURA, 1988, p.18). Percebe-se que essa noção harmônica de sociedade tira da escravidão sua essência cruel, desumana e capitalista, amenizando e suavizando todos os anos de exploração da população negra.

Contudo, Moura vai além e analisa discursos de autores que antecederam Freyre na construção do movimento, citando nomes como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Guerreiro Ramos e Nina Rodrigues, os quais, de acordo com o autor, foram vítimas da antropologia do seu

³ Pode-se entender antropologia como as formas de desenvolvimento e comportamento humano em diferentes situações sociais, culturais e de trabalho (MOURA, 1988).

tempo (MOURA, 1988, p.19). É interessante ressaltar a personagem de Oliveira Vianna, citada pelo autor, que no período após a abolição colocou explicitamente o negro como inferior aos brancos e praticamente como inúteis na formação civil do Brasil, colocando esse ônus nas costas das oligarquias brasileiras, ou seja, das elites brancas.

Nas palavras de Vianna:

A nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formaram uma massa passiva e progressiva, sobre quem trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca (MOURA, 1988 apud VIANNA, 1958, p.158).

O que se observa com essa citação é a legitimação e afirmação de uma classe superior branca e que, por isso, tende naturalmente a submeter os ditos inferiores às suas vontades. Com base nisso, Vianna defendia os aparelhos repressores do Estado comandados pelas oligarquias (MOURA, 1988, p.22), o que desaguou na luta do negro contra essas opressões não tão veladas, fruto da ideia de que a civilização brasileira é obra exclusiva do homem branco. Por sua vez, como citado anteriormente, Freyre se opôs a esse tipo de ideia.

Para além dessa análise, Moura expõe que uma visão mais sociológica e antropológica do mito da democracia racial – aquele impulsionado por Freyre, que visa uma harmonia de classes – permite um exame mais profundo em relação ao conteúdo social e cultural desse processo. Para isso, o autor coloca os conceitos de sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação como estratégias implícitas antropológicas de dominação, sendo estas usadas na prática pelos colonizadores (MOURA, 1988, p.34-35). Por esse ângulo, observa-se não só as bases do pensamento antropológico do Brasil, mas também do pensamento e comportamento do brasileiro.

Esses conceitos, resumidamente, constituem a manipulação cultural dos povos dominados, o que implica na impressão de que não há diferenças e contradições sociais e estruturais (MOURA, 1988). O autor coloca, por exemplo, a culturalização de costumes afro-brasileiros ao folclore nacional, de forma que tradições específicas são postas em moldes comemorativos sem grande importância. Por sua vez, tal assimilação cultural exclui a historicidade, não retratando os lugares históricos dessa cultura manuseada em prol da dominação (MOURA, 1988, p.46).

Essas condições se relacionam com o mito da democracia racial no sentido de que com toda essa usurpação cultural, os povos dominados seriam aparentemente beneficiados. No entanto, o autor destaca que não se pode enfatizar a questão da culturalização proposta por Freyre como via de mudança e igualdade social, uma vez que a própria assimilação forma uma tática de controle

antropológico por parte dos colonizadores, impulsionando as desigualdades, colocando, assim, Freyre contra ele mesmo (MOURA, 1988).

Outro ponto que o autor propõe para explicar como esse mito ganhou força, ainda nessa argumentação antropológica e culturalista, é o processo de civilização após a abolição em 1888. De acordo com Moura, esse mito conseguiu sair bem sucedido devido a estar alocado em uma sociedade capitalista e patrimonialista. Isso culmina na manutenção da submissão de classes sociais à elite branca, só que agora em uma sociedade “livre”. Esse paradoxo, por incrível que pareça, foi capaz de sedimentar as relações servis para as gerações vindouras, em uma nova roupagem sem ser necessariamente a da escravidão. Portanto, a ideia de democracia racial, conforme o autor, foi capaz de

[...] manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminados. Na sociedade de capitalismo dependente que se estabeleceu no Brasil, após a abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse uma cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a. Com isto, o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social e para isto, havia necessidade de se neutralizar todos os grupos de resistência – sociológicos, culturais, políticos e religiosos – dos dominados (MOURA, 1988, p.55).

Dessa forma, a aparência de democracia racial pode ser encarada como estratégia de manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de dominação, agora em um contexto de trabalho “livre”, a fim de que as elites continuem acumulando capital.

Dentro desse contexto, desenvolve-se um conflito de classes com a ideia de que não é mais o escravo que luta contra o senhor, mas um segmento majoritário na sociedade, oprimido e discriminado, que configura uma ameaça às classes dominantes (MOURA, 1988, p.56). Com isto, não existe relações sociais democráticas e igualitárias, mas sim uma sociedade marcada pela luta de classes e, desta maneira, temos a democracia racial desmascarada e desmistificada na ótica de Clóvis Moura.

4. JESSÉ DE SOUZA E O MITO DA BRASILIDADE

Uma das abordagens do autor Jessé de Souza sobre a questão do mito da democracia racial está em sua obra *A ralé brasileira*, na qual o autor tenta extrair características de uma classe social invisível. Para Souza, essa “ralé” constitui uma classe de abandonados social e politicamente, compondo um segmento de indivíduos precarizados (SOUZA, 2009). E para buscar as explicações

para tal problema, o autor recorre ao mito da democracia racial, discorrendo sobre como este foi crucial para a legitimação das desigualdades sociais no Brasil.

A fim de alcançar seu objetivo, primeiramente, o autor tenta desconstruir o mito da brasilidade que, para ele, está intimamente ligado com a ideia de democracia racial. De acordo com o autor, o Brasil precisava construir sua identidade e afirmar sua cultura, e, para isso, precisaria da idealização de um sentimento coletivo, de pertencimento nacional e comunitário, sendo essa noção compartilhada por hábitos comuns, costumes etc. Nas palavras do autor:

A identidade nacional é desse modo, uma espécie de “mito moderno”. Estou usando a noção de mito, neste contexto, como sinônimo de “imaginário social”, ou seja, como um conjunto de interpretações e de ideias que permitem compreender o sentido e a especificidade de determinada experiência histórica coletiva. Desse modo, o mito é uma transfiguração da realidade de modo a provê-la de “sentido” moral e espiritual para os indivíduos e grupos sociais que compõem uma sociedade particular (SOUZA, 2009, p.30).

Em outras palavras, a especificidade do mito da brasilidade envolve a criação de sentimentos e identidades as quais permitam que todos, de vários segmentos e grupos conflitantes, sejam parte da construção de um mesmo projeto de Brasil, sendo que essa identidade nacional partiria da particular dos indivíduos (SOUZA, 2009, p.34).

Tal construção da brasilidade está entrelaçada com a ideia de democracia racial proposta por Freyre, a qual o autor se refere como um romance da formação nacional, já discutido neste trabalho. Souza percebe a absorção das ideias freyrianas pelo projeto do Estado Novo⁴ de Getúlio Vargas, objetivando maior integração nacional. Isso se deu paralelamente com os avanços da tese de Gilberto Freyre caracterizada pela ênfase cultural no que perpassa os laços e costumes sociais do brasileiro, e, também marcada pela harmonia racial, neste caso expandida para a relação entre as classes. Por sua vez, a industrialização também precisaria de um conjunto de ideias que convocasse os brasileiros a se unirem pela renovação nacional. Consequentemente, a ideia da brasilidade foi se solidificando, uma vez que tinha o sentimento popular de que estariam todos juntos “no mesmo barco”, navegando para o desenvolvimento (SOUZA, 2009, p.37), incluindo-se, também, uma justificativa conjuntural-economicista de igualdade.

⁴ Nesse cenário o Brasil se encontra em uma mudança do eixo de centro dinâmico de uma economia voltada para exportação para uma economia voltada para o mercado interno. Junto disso tem-se o avanço da industrialização do Brasil e o Estado Novo como estratégia para avançar nesse aspecto. Ver mais em Furtado (2009).

Essa ideia, portanto, nos dá um duplo aspecto para que o mito da democracia racial ganhasse força. Primeiro, no sentido cultural e, segundo, no sentido político-econômico, que também participa dos moldes sociais. É a sedimentação cultural da brasilidade ajudando a ditar o ritmo da economia.

Todavia, um elemento indispensável, que o autor coloca em relação ao mito da brasilidade para desmascará-lo, é o da negação dos conflitos, pois, tendo em vista que o importante é o crescimento e sentimento nacionalista, cria-se um conjunto de ideias que legitimam a retirada da defesa de pensamentos diferentes e da crítica a esse sistema (SOUZA, 2009, p.38).

Isto posto, o mito da democracia racial em conjunto com o da brasilidade propiciam o avanço da consolidação do senso comum⁵ como principal forma de pensamento entre os brasileiros, levando-os a naturalizar complexos problemas sociais e heranças históricas, como, por exemplo, a pobreza e o racismo. A naturalização, por sua vez, elimina do indivíduo sua capacidade crítica da realidade, trazendo consigo as regras impostas pelas classes que as ditam (SOUZA, 2009 p.20). Por isto, temos uma grande alienação às desigualdades, à exploração e ao pertencimento de raça e classe impregnada na sociedade. Desta forma, a sociedade brasileira se torna vítima dela mesma, uma vez que reproduz seu caráter injusto, desigual e exploratório para com a classe trabalhadora, que imersa em uma sociedade de mercado se encontra cada vez mais precarizada, sem ao menos perceber que contribui para tal.

Assim, com a adesão em massa do senso comum e a naturalização das questões sociais junto à extinção da capacidade crítica do brasileiro, as pessoas não possuem autonomia intelectual e, portanto, não são capazes de discutir e refletir sobre tais questões, o que leva Souza (2009, p.42) a concluir que não existe uma democracia, levando em consideração que esta tem como pilares a reflexão e debate crítico da realidade.

O que queremos destacar, baseados em Jessé de Souza, é o viés autoritário por trás das teses da democracia racial, o qual leva as camadas oprimidas da sociedade a uma posição de conformidade perante às classes dominantes. Vale frisar, o desenvolvimento da ideia de meritocracia implícita nesses dois mitos, pois, uma vez que inserido em uma sociedade supostamente livre, capitalista, se todos operam em harmonia e são homogêneos, caso um não ascenda socialmente é porque não teve mérito o suficiente. Porém, tal compreensão ignora as condições de desigualdades de oportunidades impostas à sociedade, e até mesmo, dá à elite aval para continuar preservando seu status que se processa desde o período colonial só que agora com um novo pano de fundo.

⁵ O autor tem como senso comum a forma de como as pessoas dão sentido às suas vidas e ações cotidianas, funcionando como uma espécie de regimento básico do convívio social (SOUZA, 2008, p.39).

Diante disso, o mito da democracia racial teve poder para legitimar a retroalimentação, inclusive por partes pauperizadas e excluídas da sociedade, do sistema socioeconômico brasileiro, mesmo sendo este injusto e desigual para as mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, verifica-se nessas três perspectivas que o mito da democracia racial foi fundamental para a legitimação das desigualdades social e racial no Brasil ao longo dos anos. Podemos constatar também que essa harmonia social, de fato, não existe.

Segundo Costa (1979), os mitos ajudaram a manter a estrutura dominante dos interesses econômicos e das convenções sociais, a fim das elites reafirmarem seu poder e superioridade, sendo isso condicionado pelas relações de clientela e patronagem.

Já para Clóvis Moura (1988), o mito foi uma espécie de estratégia antropológica marcada pela culturalização e assimilação cultural que deságua na naturalização da servidão, alimentando a falta de acesso dos negros e pobres aos espaços que realmente configuram a cidadania. Com isso o viés supostamente democrático de tal sociedade fica vulnerável, tendo em vista que dentro desse contexto agora capitalista exteriorizou-se uma sociedade marcada pela luta de classes e, desta maneira, temos a democracia racial desmascarada.

Por fim, para Jessé de Souza, o mito da democracia racial está intimamente ligado com o mito da brasilidade, haja vista que há uma naturalização e senso comum que não permite às pessoas o questionamento dos problemas sociais do Brasil, podendo chegar à conclusão de que esse mito possui viés autoritário e antidemocrático, o qual ajuda a alimentar a exploração e crescente precarização da classe trabalhadora.

Observou-se, nesse sentido, que o mito da democracia racial funciona muito bem no intuito de encobrir as desigualdades, trazer a naturalização de sérios problemas como a falta de acesso à saúde, educação e moradia, de modo a colocar o material e o econômico acima das relações interpessoais.

É uma ideia que acaba por maquiagem uma realidade social altamente racista, excludente, conflitante e discriminatória, além de aprofundar as raízes e estratificações sociais injustas, legitimando a desigualdade social no Brasil.

Nesse sentido, pode ser que a superação a essas barreiras sociais e ao próprio mito da democracia racial ocorra no momento em que a sociedade como um todo admitir que está em constantes conflitos, que é desigual e marcada pela luta de classes. Dessa forma, se abrirão espaços para criticar a realidade vivenciada, que por sua vez, implicará na maior autonomia intelectual dos

cidadãos para refletirem e debaterem sobre como fazer um Brasil mais justo e antirracista, em um viés realmente democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, ed 6, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Caza-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global editora. 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos** – São Paulo: Companhia das Letras, 2009

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora ática S.A, 1988.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.